

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS - 2

Joaquim Dutra Furtado FILHO- RA- 19304

INTERDEPARTAMENTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL

CORDEIRÓPOLIS

2014

Joaquim Dutra Furtado Filho

Interdepartamentabilidade Ambiental na Gestão Pública Municipal

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a)

Assinatura:

Professor(a)

Assinatura:

Professor(a)

Assinatura:

Data de aprovação ___/___/___

Fundação Perseu Abramo
Especialização em Gestão e Políticas Públicas - 2

Joaquim Dutra Furtado Filho

**INTERDEPARTAMENTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Projeto Final apresentado para avaliação de
Pós Graduação - Nível Especialização - em
Gestão e Políticas Públicas, da Fundação
Perseu Abramo.

Prof^a. Esp. Orientadora: Alessandra Atti

CORDEIRÓPOLIS

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos colegas de curso e professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora especialista orientadora Alessandra Atti, e a todos aqueles que de certa forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo sugerir a aplicação do processo intersetorial nos programas ambientais das administrações públicas Municipais, para isso, propõe-se estudar as ferramentas utilizadas na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, para execução dos programas ambientais. Pretende-se empregar um comparativo entre as ferramentas propostas no presente curso de Pós Graduação e as utilizadas nos programas empregados pelo Município de Cordeirópolis. Abordar a Sustentabilidade Ambiental que deve estar inserida em todas as áreas da administração, a aplicação de política pública valorizando o Meio Ambiente deixa de ser uma questão exclusiva dos assuntos de ecologia para ser remetida a outras áreas da administração. Os programas ambientais desenvolvidos a partir de uma relação socioambiental, uma abordagem ecológica envolvendo outras Secretarias, entre elas: Promoção Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Abordar a ligação que cada Secretaria Municipal deve ter com a questão ambiental, bem como destacar o trabalho em rede, valorização e motivação dos funcionários, planejamento das ações estratégicas, democratização das decisões, desburocratização, liderança e conhecimento técnico, como ferramentas para diminuir a exploração dos recursos naturais. Para realizar um estudo das ferramentas utilizadas na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura foi possível aproveitar as experiências pessoais obtidas nesta Secretaria, os avanços e as dificuldades atuais. Os encaminhamentos metodológicos baseiam-se artigos científicos, entrevistas e textos com ênfase nos autores e professores do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo.

PALAVRAS-CHAVES: Intersetorialidade Ambiental, planejamento e trabalho em rede.

ABSTRACT

This article is intended to suggest the implementation of intersectoral process in environmental programs the municipal government for this, it is proposed to study the tools used in the Department of Environment and Agriculture of the County of Cordeirópolis, Estado de São Paulo, for execution environmental programs. Intend to employ a comparison between the tools proposed in the course of Graduate and used in programs employed by the City of Cordeirópolis. Addressing environmental sustainability that should be inserted in all areas of management, the application of public policy valuing the environment is no longer an exclusive issue of ecological issues to be forwarded to other areas of administration. Environmental programs developed from a socio-environmental relationship, an ecological approach involving other Departments, including: Social Promotion, Health, Education, Culture, Sport and Recreation. Addressing the link that each must Municipal Secretaria with environmental issues, as well as highlighting networking, recovery and employee motivation, planning of strategic actions, democratization of decision making, bureaucracy, leadership and technical knowledge, as tools to reduce the exploitation of natural resources. To conduct a study of the tools used in the Department of Environment and Agriculture was possible to enjoy the personal experiences obtained from this Department, advances and current difficulties. Methodological referrals based Graphics scientific articles, interviews and texts with emphasis on authors and teachers , Specialization in Management and Public Policy Perseus Abramo Foundation.

KEYWORDS: Environmental Intersectoriality, planning and networking.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
	2.1 INTERDEPARTAMENTABILIDADE.....	13
	2.2 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS.....	14
	2.3 LOCALIZAÇÃO.....	15
	2.4 ECONOMIA.....	16
	2.5 POPULAÇÃO URBANA.....	17
3.	METODOLOGIA.....	19
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Como estão as políticas públicas Municipais para os assuntos ambientais? Há uma agenda ambiental e planejamento para os Municípios, em especial os Municípios pequenos? O trabalho realizado na área ambiental tem sido executado de forma articulada com outras áreas?

O tema aqui proposto visa apresentar alternativas administrativas para trabalhar as questões ambientais no Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, de forma articulada e interdisciplinar. Para trabalhar o tema proposto, foi necessário conhecer os programas desenvolvidos no Município e seus procedimentos, observar outros fatores que podem influenciar negativamente no entrosamento, entre eles, articulação política/administrativa, formação de equipe técnica, planejamento, gestão de pessoas e burocratização do serviço público.

A proposta sobre interdepartamentabilidade tem sido objeto de discussão entre muitos estudiosos, porem pouco difundida nos órgãos públicos, talvez pela resistência em abrir mão de uma metodologia enraizada pelos hábitos e costumes. Pretende-se pesquisar o assunto e abordar um dos maiores problemas das administrações públicas Municipais, qual seja, a falta de articulação entre as Secretarias para tratar de assuntos que estão ligados entre si, seja na origem do problema ou nas causas.

A importância do tema “Interdepartamentabilidade Ambiental Municipal” destaca-se na falta de política públicas para o setor ambiental e pela interferência que o tema sofre em outras áreas. O assunto “meio ambiente” está ligado diretamente com todas as outras áreas da administração, em especial nas áreas da educação e saúde. Não é possível pensar em Saúde pública sem pensar na qualidade do ar e dos recursos hídricos, assim como não é possível pensar em coleta seletiva sem abordar o tema nas escolas, por exemplo.

Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se textos extraídos das aulas de Especialização em Gestão e Políticas Públicas bem como outros autores que desenvolveram estudos sobre Planejamento Urbano no Brasil, a exemplo de Geraldo Magela Costa e Jupira Gomes de Medonça. Propõe-se pesquisar o desenvolvimento dos projetos ambientais pela Secretaria de Meio ambiente e Agricultura do Município de Cordeirópolis, quais os métodos utilizados e se houve contribuição de outras Secretarias para o êxito dos projetos. A questão interdisciplinar nas áreas da administração pública será o foco do presente trabalho, com ênfase as questões ambientais, em decorrência da forte disposição em diminuir os efeitos do

aquecimento global e da falta de consciência ecológica das pessoas, em especial, dos Gestores Públicos.

O objetivo do presente trabalho é abordar o assunto: Interdepartamentabilidade Ambiental Municipal, buscando um contato ainda maior com esse tema, além da expectativa de que este trabalho possa ser utilizado como material de auxílio profissional para execução de práticas ambientais, bem como entender os maiores entraves na administração pública, principalmente nas questões ambientais. Pretende-se abranger, de forma compacta, os principais aspectos relacionados ao tema e conhecer o funcionamento da máquina pública pelo ponto de vista técnico. Propõe ainda, criar alternativas de planejamento ambiental com alusão em outras áreas correspondentes e tornar o presente trabalho um material prático, capaz de oferecer uma proposta administrativa sem gerar grandes gastos aos cofres públicos.

Buscando um maior envolvimento dos conhecimentos técnicos que vem sendo transmitido nesta especialização e os modelos administrativos atuais, a presente proposta pode contribuir com um novo padrão capaz de difundir práticas sustentáveis. Propõe-se apresentar propostas aos Municípios que pretendem difundir programas ambientais como forma de prevenir danos a saúde pública, diminuir gastos com a construção de aterros sanitários, embelezamento das vias públicas, economia de água, despoluição dos cursos d'água e outros assuntos, por meio do trabalho interdepartamental.

O trabalho interdepartamental pode contribuir com gestores ao realizar um planejamento ambiental nas Administrações Públicas e por ser um assunto pouco conhecido, possa servir como uma nova ferramenta frente à sustentabilidade ambiental. Justifica-se, ainda, o presente trabalho, pela carência de recursos financeiros e de pessoal qualificado que as Secretarias de Meio Ambiente possuem. Há necessidade de se discutir ações propositivas para as questões ambientais, sumariamente, as Prefeituras adotam um sistema de proteção dos recursos naturais de forma individualizada, protecionista e sem planejamento e, por outro lado, o assunto deixa de estar na pauta de outras secretarias que deveriam estar relacionadas diretamente ao assunto ambiental, entre elas, a Secretaria de Educação e Saúde.

Pretende-se abrir as discussões com amplitude, levar o meio ambiente como questão de saúde pública, de um problema social e cultural e que deve estar dentro da sala de aula, difundido de forma interdisciplinar, o que justifica a necessidade de articulação política para gerir assuntos com o mesmo foco, proteção ambiental X saúde pública e bem comum.

Propõe-se observar a falta de articulação administrativa entre as Secretarias Municipais e entender a ferramenta interdisciplinar como modelo de gestão compartilhada e

que contribui com o desenvolvimento de políticas públicas ambientais. Essa configuração de departamento ou setores administrativo visa remontar uma estrutura moldada pelo sistema conservador e pelo setor que administra a máquina pública em fusão aos interesses individuais. Os novos modelos de gestão apresentados, com foco no trabalho compartilhado e que transcende a questão ecológica, figura-se como justificativa primordial na escolha do tema. Com este entendimento, a interdepartamentabilidade envolve ações integradas de diferentes Secretarias, onde as ações são pensadas a partir de uma realidade social, cultura, educacional e ambiental, objetivando suprir as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos.

As ações ou programas que visam trabalhar entre departamentos ou secretarias não são fáceis de serem concluídas por uma série de motivos, entre eles: A falta de estrutura técnica administrativa, a falta de cooperativismo entre os envolvidos e o pouco conhecimento sobre os benefícios sócio-ambientais trazidos quando pensado de forma coletiva e descentralizada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo trata do referencial teórico que servirá de embasamento para o trabalho em questão. Para tanto, torna-se fundamental tratar dos conceitos de Interdepartamentabilidade na gestão pública, partindo de um conceito geral e, posterior, específico. Cabe ressaltar que o processo administrativo interdepartamental é um dos maiores desafios dos Municípios, principalmente dos pequenos. A ausência de um planejamento Municipal com previsão interdisciplinar, afeta o desenvolvimento dos programas (MARQUES; MOISES DA SILVA, 2013). Assim é preciso tratar o assunto como forma de trabalho em equipe e coordenado. Outro aspecto a ser considerado refere-se à forma de se planejar, eis que, algumas importantes etapas precisam ser vencidas, entre elas, reuniões e sessões de trabalho com o objetivo de envolver as diversas áreas entorno das políticas públicas (MARQUES, 2013). Assim, para que o objetivo deste trabalho seja alcançado, o referencial teórico partirá dos conceitos de planejamento interdepartamental, início de qualquer programa ou linha de pensamento governamental. Segundo o Professor Moisés da Silva Marques na disciplina do Curso de Especialização em Políticas e Gestão Pública, há necessidade de integração do planejamento entre os setores para que o foco seja alcançado, conforme abaixo:

¹Quando falamos em integração do planejamento, queremos dizer que ele precisa convergir, necessariamente, para uma certa visão de futuro de toda a administração pública. Não adianta termos planejamentos setoriais que não se conversem. Nesse caso, teríamos uma espécie de “cabo de guerra”, onde cada um levaria a administração para um lado o foco no caso, deve ser buscado considerando-se as necessidades mais prementes da municipalidade e também o atendimento às demandas dos cidadãos. Por isso, trataremos neste item de questões como pesquisas de políticas públicas, integração entre ações, objetivos e projetos estratégicos, entre outros temas.

¹ Disponível em < neadfespsp.com.br > acesso em 18 de maio de 2014.

2.1 - INTERDEPARTAMENTABILIDADE

Cabe explicar, antes de qualquer coisa, o termo Interdepartamentabilidade. O dicionário Aurélio apresenta a seguinte definição: “União de um ou mais departamentos de uma empresa, para reunião de assuntos em comum a todos os departamentos envolvidos. Que existe ou se realiza entre departamentos”.

Segundo a definição dos professores Burgos e Reinach, no texto da aula sobre Matricialidade e Intersetorialidade: Questões conceituais, no curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas (2014, p 4), a interdepartamentalidade é a atuação conjunta de estrutura de Governo, conforme segue:

Conceitos como “interdepartamentalidade” e “intersecretarialidade” dizem respeito a ações que implicam na atuação conjunta de estruturas de governo. Como os próprios termos dizem, são departamentos ou secretarias que devem atuar conjuntamente para um determinado fim. Ou seja, esses termos referem-se a casos em que são determinadas estruturas gerenciais nas organizações e estas devem atuar de forma articulada. Sendo assim, com toda a complexidade envolvida nesse tipo de prática, os termos tratam de uma questão clara de base organizacional e, portanto, o seu conceito é de mais fácil compreensão.

Outro apontamento importante sobre Interdepartamentabilidade ou Intersetorialidade é a descrição de Geraldo Magela e Jupira Gomes (2008,0p.94)

A ênfase que nos últimos anos tem sido dada pelos gestores e pelos analistas de políticas públicas às relações intergovernamentais, ao papel das redes e à intersetorialidade, espelha, em ampla medida, alguma das principais mudanças que têm sido operadas nos padrões tradicionais de produção das políticas públicas, mudança essas associadas à consolidação de novas formas de governança.

Mais especificamente na área ambiental, destaca-se a interdisciplina relacionada nas questões ambientais (núcleo interdepartamental de educação ambiental – 2010).

“²Uma proposta de educação ambiental transformadora pressupõe para a sua viabilização o entendimento dos ciclos da natureza, da cultura e da educação enquanto processo. Assim a proposta de um núcleo interdepartamental de educação ambiental propõe construir formas alternativas de colaboração e parcerias na área de abrangência. Estas condições serão atingidas mediante a sensibilização/conscientização das comunidades-alvo sobre os potenciais dos valores e usos do ambiente, através de acessos às informações científicas e técnicas, permitindo o fortalecimento de atitudes e comportamentos relacionados à valores ambientais e culturais, para o entendimento dos fatores políticos, sociais e econômicos que contribuem para os conflitos e finalmente, a aceitação por parte da comunidade de sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da região e da busca de soluções adequadas e transformadoras dos conflitos ambientais”.

² Disponível em: <psql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo> . Acesso em: 22 de jun. 2014

2.2 BREVE HISTÓRIA SOBRE MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS

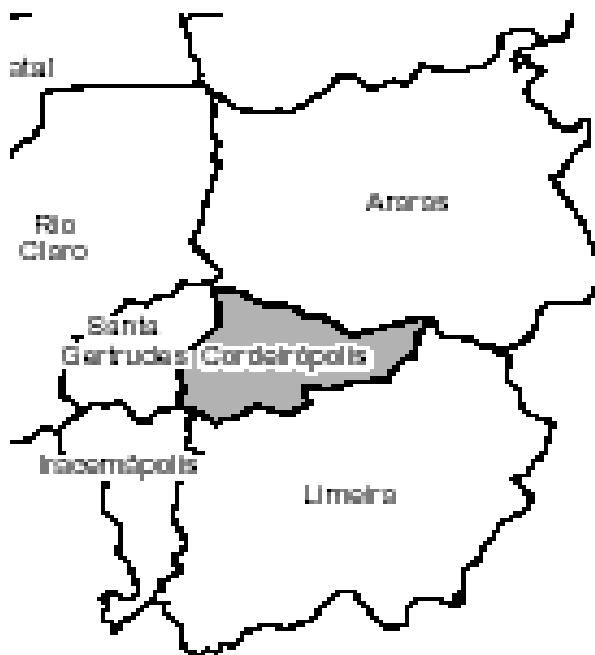
O Município de Cordeirópolis é a base de estudo para entender o processo administrativo presente e o ideal, para tanto, importante conhecer algumas particularidade de do Município. Segundo informações do historiador ³Paulo César Tamiazo (2008), antes da fundação da cidade, o território do Município de Cordeirópolis era dividido em grandes propriedades rurais, que tinham ocupado o solo desde o início do século XIX. A partir de 1817, o Governo de São Paulo começa a oficializar as posses, surgindo, então, a Fazenda Ibicaba, a Sesmaria do Cascalho e outras. Em 1884, o governo provincial cria, através de lei, o Núcleo Colonial de Cascalho, em terras adquiridas do fazendeiro Domingos José Nogueira Jaguaribe. A criação deste núcleo, primeiro a ser implantado pelo Governo Provincial, fez aumentar a circulação de mercadorias e o trânsito de passageiros na estação de Cordeiro, que ficava próximo.

Manoel Barbosa Guimarães, fazendeiro local, loteou uma área de terra que deu início, provavelmente em 1885, à povoação, chamada oficialmente de Capela de Santo Antonio do Cordeiro. A Lei Estadual nº 645, de 7 de agosto de 1899 transformou a povoação em distrito de paz. Um plebiscito realizado em 1943 modificou o nome do distrito - Cordeiro, substituindo-o por Cordeirópolis, seu nome atual, oficializado pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944. A emancipação da cidade deu-se Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948. Segundo informações do SEADE: Fundação Sistema de Análise de Dados, a População de Cordeirópolis é de 22.601 habitantes.

³ Paulo Cesar Tamiazo, historiador independente , nascido e residente do Município de Cordeirópolis/SP

2.3- LOCALIZAÇÃO

O Município de Cordeirópolis abrange uma extensão territorial de 137,337 Km² e sua área urbana é de 10,27 km² e a Zona de Expansão Urbana de 30 Km² (Lei 2.652/2010). Limita-se com os seguintes municípios: Ao Norte: Araras; Ao Sul: Limeira e Iracemápolis; A Leste: Limeira; e A Oeste: Santa Gertrudes, conforme mapa abaixo:



Tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas: Latitude Sul – 22° 28’ 55”, Longitude Oeste – 47° 27’ 24”, Altitude = 651,13 m, As distâncias rodoviárias aos principais centros urbanos compreendem: São Paulo: 158 km, pela Rodovia Anhanguera (SP – 330); Campinas: 64 km, pela mesma Rodovia Anhanguera; Ribeirão Preto: 150 km, ainda pela Rodovia Anhanguera; Rio Claro: 13 km, pela Rodovia Washington Luis (SP – 310). Cordeirópolis pertence a bacia Hidrográfica de Piracicaba e o principal curso d’água é o Ribeirão Tatu. Relevo levemente acidentado com altitudes de 600 a 800 m. O solo do Município apresenta grande presença de argila.

2.4 - ECONOMIA

Cordeirópolis tem uma economia diversificada, destacando-se as empresas de cerâmica para piso e revestimento, cuja argila provém do pólo cerâmico entre os municípios vizinhos. Merece destaque o Centro de Distribuição da Nestlé Brasil Ltda. A cidade apresenta elevado índice de alfabetização, cerca de 93,28% da população acima de 15 anos é alfabetizada, praticamente igual à média estadual, que é de 93,36%. Apesar de não haver lei municipal que determine a cota de altura máxima para edificações, a cidade apresenta basicamente construções com, no máximo, 2 pavimentos (térreo + pav. superior), não se verificando tendência forte de verticalização. A cidade conta apenas com um edifício de 15 pavimentos (18 andares), com 29 apartamentos, localizado no centro e com o Conjunto Habitacional Ângelo Bettin, composto de 14 blocos de 4 andares cada, totalizando 112 apartamentos. No que se refere aos imóveis residenciais Cordeirópolis possui 4.362 unidades, 442 unidades comerciais, 135 unidades industriais e 2.402 unidades de terrenos baldios⁴.

⁴ Imóveis cadastrados em maio de 2010. Informação: Prefeitura Municipal de Cordeirópolis

2.5 ⁵POPULAÇÃO URBANA

Estudo Populacional			
	População Urbana		População Urbana
ANO		ANO	
2007	19.400	2017	30.243
2008	20.281	2018	31.616
2009	21.202	2019	33.052
2010	22.164	2020	34.552
2011	23.170	2021	36.121
2012	24.222	2022	37.761
2013	25.322	2023	39.475
2014	26.472	2024	41.267
2015	27.673	2025	43.141
2016	28.930	2026	45.100
2017	30.243	2027	47.147

O Município de Cordeirópolis conta com algumas particularidades que o faz destacar, primeiro por que é uma cidade com uma arrecadação expressiva em comparação com outros Municípios vizinhos, Santa Gertrudes e Iracemópolis, que arrecadam menos da metade com impostos. Segundo, por que é uma cidade que situa no maior pólo cerâmico do país, o que destaca entre as cidades mais poluídas do Estado de São Paulo, segundo dados da ⁶CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, conforme segue o gráfico abaixo:

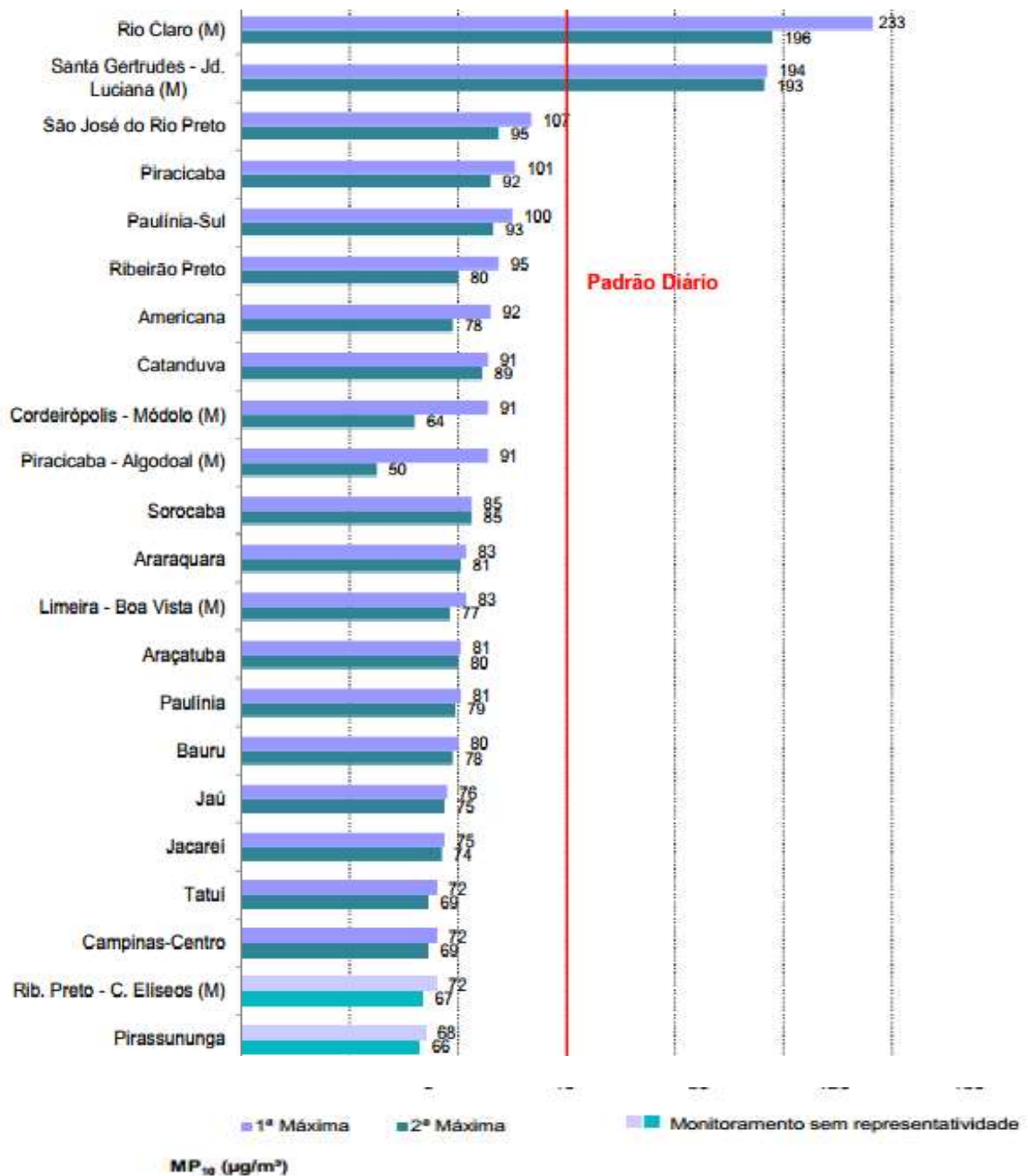
“Houve duas ultrapassagens do padrão de qualidade do ar de curto prazo ($120 \mu\text{g}/\text{m}^3$) na estação de Rio Claro e 13 ultrapassagens na estação Santa Gertrudes-Jd. Luciana (M). Nas demais estações não houve nenhuma ocorrência de

⁵ - Informações obtidas através do Plano Diretor do Município de Cordeirópolis – Lei Complementar nº 177, de 29/12/2011

⁶ Disponível em < <http://www.cetesb.sp.gov.br> > acesso em: 17 de maio de 2014

ultrapassagem do padrão. Em Rio Claro e Santa Gertrudes, as atividades do polo industrial de piso cerâmico são fontes potenciais de emissão de material particulado para a atmosfera.”

**Gráfico 15 – MP10 - Classificação das concentrações máximas diárias – Interior
(maio a setembro - 2013)**



Período de monitoramento: Pirassununga – até 12/07; Ribeirão Preto (M) – até 06/08.

Conforme o exposto e de acordo com os dados apresentados, o Município de Cordeirópolis tem apresentado indicação de crescimento populacional, em 2027 com população aproximada de 47.147. Os dados apresentados nos remetem a necessidade de mais políticas públicas, entre elas: Saneamento básico, moradia, demanda por água de qualidade, mais saúde, lazer e educação, sempre com o pensamento na escassez dos recursos naturais. O Município de Cordeirópolis está preparado para absorver essa demanda? O crescimento está sendo pensando de forma planejada?

O que se pode admitir é a necessidade preeminente de se construir programas ambientais com foco a sustentabilidade no Município de Cordeirópolis. Numa perspectiva de crescimento populacional, o que aumentará, ainda mais, a poluição ambiental e a escassez dos recursos naturais, faz-se necessárias alternativas emergências para mitigar os efeitos nocivos ao ecossistema local. O trabalho articulado, planejado e com bases sólidas pode contribuir para o desenvolvimento socioambiental, contribuir para diminuir os problemas respiratórios e oferecer qualidade de vida aos Munícipes.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos e as técnicas adotadas para compor o presente trabalho são: 1 – Levantamentos bibliográficos dos maiores conhecedores sobre planejamento Interdisciplinar nas administrações públicas, em especial os professores e autores dos textos que compõem o presente curso de Especialização em Política e Gestão Pública, as principais ferramentas que devem ser utilizadas pelos gestores para o êxito dos programas na área ambiental; 2 – Pesquisas da legislação atual que reza sobre o assunto, em especial, Plano Diretor do Município de Cordeirópolis, Constituição Federal Brasileira e Estatuto das Cidades; 3- Pesquisas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, bem como entrevistas com funcionários públicos objetivando a composição resumida da História do Município de Cordeirópolis; 4 - Levantamento dos principais programas ambientais que foram desenvolvidos pela Secretaria de Meio ambiente e Agricultura de Cordeirópolis e que não tiveram continuidade por falta de diálogo e parceria entre as Secretarias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender a força da corrente que sucedeu aos poucos programas ambientais desenvolvidos no Município de Cordeirópolis, importante lembrar o processo político eleitoral que pode ser comum em muitos Municípios. A grande maioria dos Prefeitos eleitos tiveram que fazer emaranhados de conchavos políticos e posteriormente ficaram presos a estes acordos. Ao ocupar o cargo de prefeito, ao invés de iniciar um planejamento estratégico de governo, se submetem a “acertar” lugares onde deverão ocupar os “ajudantes de campanha”. As pessoas que contribuíram com a “exitosa eleição” querem cargos e eles são leiloados na medida em que o favorecido contribuiu ou representou um partido, ou seja, se o indivíduo é presidente de um partido, brigará por um cargo de Secretário e assim sucessivamente. O prefeito impopular que se submeteu em realizar quaisquer conchavos políticos para se eleger, teve que realizar manobras administrativas para satisfazer a cada indivíduo responsável pela “vitória”. Após meses de discussões e uma batalha travada entre os envolvidos, o prefeito finalmente consegue cumprir o prometido, “cada macaco no seu galho”. Com esse cenário e com a falta de pessoas técnicas e com incapacidade produtiva, o Município começa a sentir os efeitos de uma má administração. As Secretarias não se falam, não há cumplicidade entre a equipe, cada setor age de forma apartada, os cargos comissionados criticam o próprio governo e por fim, os Munícipes lamentam com a frase “todo político é a mesma coisa”. A política, como em alguns casos, faz da gestão pública um meio de sobrevivência de muitas pessoas. Esse processo não foi diferente em Cordeirópolis.

Os resultados obtidos no presente estudo não foram diversos ao esperado, ou seja, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura encontra-se em dificuldades para conclusão dos projetos ambientais, por falta de orçamento e diálogo entre as Secretarias, falta de planejamento ambiental com viés interdisciplinar. Ao perguntar sobre os programas ambientais que estão em desenvolvimento no Município de Cordeirópolis, a resposta foi direta – “Estamos pagando dívida da gestão anterior”.

O Município de Cordeirópolis ainda não possui uma Estação de Tratamento de Esgoto, ou seja, todo o Esgoto é lançado diretamente no Ribeirão Tatu, o que contamina toda jusante do Ribeirão, inclusive os recursos hídricos das Cidades de Limeira e Piracicaba. Não há programas de educação ambiental nas escolas e nem escala de arborização urbana.

O procedimento interdepartamental ainda é pouco conhecido no setor público, não é visto como ferramenta de gestão, principalmente na área ambiental. As Secretarias precisam interagir os assuntos, formar uma rede interdisciplinar, desenvolver uma política ambiental com o objetivo de trabalhar a preservação dos recursos naturais, de cuidar do saneamento básico como origem de problemas de saúde pública; Ligar o futuro de nosso planeta à educação na escola, nos bairros, nas religiões, nas associações de Bairros, ONGs; Ligar a mitigação dos efeitos causados pela poluição do ar ao desenvolvimento de políticas públicas de mobilidade alternativa urbana; Interferir nas questões sociais anterior as questões ambientais. Não se pode exigir de uma família uma disciplina ambiental/sustentável sem pensar nas condições de moradia, alimentação e estrutura familiar.

Segundo as palavras de Luiz Carlos Bresser Pereira (1996). “... Na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, autorreferida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos”.

A Administração Pública Brasileira evoluiu numa perspectiva histórica seguindo alguns modelos gerencial, burocrático e patrimonialista que permanece atrelado até os dias atuais e sem expectativa de mudança, com esse modelo, os interesses da classe dominante têm prevalência sobre a classe pobre, não há interesse em promover o novo e os servidores públicos não vêem os Municípios como cliente, falta eficiência dos serviços, na avaliação de desempenho e no controle de resultados, todo o aparato burocrático se desenvolve em um formalismo exagerado, que refletiu de maneira danosa na vida do cidadão brasileiro e, ainda, continua dificultando a eficiência dos serviços públicos. Com isso, a idéia de mudança ainda está amarrada a comportamentos antigos e culturais, o que dificulta a aplicação da presente proposta.

Em uma perspectiva de ultrapassar as barreiras da burocracia administrativa, pode se almejar um novo modelo de se tratar os assuntos ambientais, ou seja, não há possibilidade em discutir ecologia sem pensar na família como todo, ou seja, não se pode exigir de uma família: Coleta seletiva domiciliar; Economia de água; Inserção em programas de arborização urbana; Reciclagem de óleo; Cuidados aos animais domésticos e outros programas, sem pensar nos problemas que a família de classe pobre enfrenta, como: Falta de moradia; Saneamento básico; Desemprego; Planejamento familiar etc. Não seria desconexo exigir que uma família em situação de risco social cumprimento dos “deveres” ambientais se, ao menos, lhe falta o básico para sobrevivência? O que seria prioridade para essa família?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode falar em Meio ambiente, em preservação dos recursos naturais, sem passar pelo crivo social e educacional. As Secretarias precisam se comunicar, planejar de forma integrada, ouvir as necessidades de cada uma e trabalhar o assunto “meio Ambiente” também como problema, principalmente, social e educacional. O tema precisa sofrer uma ligação interdisciplinar para atingir seu efeito, as políticas públicas ambientais precisam compor outras finalidades ou sonharemos com o meio ambiente ideal sem se preocupar com objetivo comum, aquele que será capaz de dar-lhes significância não apenas para o meio ambiente ecologicamente correto, mas para todo o conjunto educacional e social.

Por certo, a mudança dos comportamentos, a estruturação da máquina estatal e trabalho interdisciplinar são fundamentais. Uma mudança focada em processos e procedimentos entre as Secretarias, o envolvimento das habilidades é fundamental para atingir uma cidade, Estado, e um país sustentável. De uma maneira geral, deve-se observar que a sociedade evoluiu e o cidadão agregou aos seus conhecimentos os seus direitos. A Informação e a globalização marcaram a evolução intelectual, os cidadãos passaram reivindicar seus direitos e, conseqüentemente, cobrar os deveres da Administração Pública. O direito do cidadão em ter sua necessidade atendida com qualidade e eficácia ultrapassa as barreiras da burocracia e o Servidor Público será cobrado por isso.

Por fim, conclui-se que, além do trabalho em equipe, envolvendo todas as Secretarias para tratar de assuntos ambientais, haverá a necessidade que antecede o trabalho interdepartamental, ou seja, uma mudança de pensamento, introdução de uma nova filosofia e a formação política/administrativa do servidor público, para concretizar avanços concretos no meio ambiente e na Administração Pública em geral. s.

Por fim, após realizar uma pesquisa empírica na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Cordeirópolis e analisar algumas bibliografias sobre o assunto, pode-se concluir pela inserção das seguintes alternativas: 1 – Introdução de novas culturas administrativas, novos modelos de gestão interdisciplinar, coagindo os vícios individualistas e separatista; 2 – Realização de Planejamento interdepartamental para que amplie a discussão em torno do assunto “meio ambiente”; 3 – A falta de recurso financeiro da secretaria em estudo, pode ser resolvido com parceria entre outras Secretarias e/ou com a mobilização da Sociedade civil para atribuir melhores recursos na área ambiental e/ou parcerias privadas; 4 - Trabalhar a família em sua composição histórica é uma base firme para as políticas

ambientais; 5 - O comprometimento e a identificação com o assunto ambiental pelo Gestor Público são fatores que também contribuem com o desenvolvimento sustentável , o que falta em muitos Municípios, em especial, Cordeirópolis.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Cordeirópolis. Plano Diretor Municipal. Lei Complementar, 177 de 29 de dezembro de 2011.

MARQUES, Moises da Silva. Planejamento e Gestão de Projetos e Estratégia. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas.

MARTINS, Humberto falcão. A ética do patrimonialismo e a modernização da administração pública brasileira. disponível em http://hfmartins.sites.uol.com.br/publicacoes/publi_02.pdf.> acesso em 02/jun/2014.

MEIRA, José de Castro. A administração na CF de 1998. Boletim de direito administrativo, v. 14, n. 11, p. 777-781, nov. 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, indústria e comércio do exterior. Privatização no brasil. atualização de 26 de agosto de 2002. Disponível em: <http://gedri.ourinhos.unesp.br/publica/relato/bndes_01.pdf> acesso em 10/maio/2014.

MOREIRA Neto, Diogo de Figueiredo. Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno: legitimidade: finalidade: eficiência: resultados. Belo Horizonte: fórum, 2008. 161 p

ABRUCIO, Fernando Luiz. Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: ENAP, 1997, n. 10.

CAMPOS, Vicente Falconi. O valor dos recursos humanos na era do conhecimento. 7. ed. Nova Lima: 2004.

CHEVALLIER, Jacques. O Estado Pós-moderno. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 309 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria da administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Atual Constituição Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 20/junho/2014.

CURADO, Isabela Baleeiro. A gestão de recursos humanos na grande São Paulo. São Paulo: Senac, 1995.

SCHNEIDER, Ben Ross (1995) “A Conexão da Carreira: Uma Análise Comparativa de Preferências e Insulamento Burocrático”. Revista do Serviço Público, ano 46, vol.119, n.1, janeiro 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do estado e administração pública gerencial. 4. ed. Brasília: fgv. 314 p.

WEBER, Max. Conceito sobre o advento do estado liberal de Max Weber. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/teoria_da_burocracia> acesso em 15/mai/2014.

COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA Jupira Gomes de. Planejamento urbano no Brasil trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte, cdd,2008.